

TÍTULO DO ARTIGO: Dinâmica da pobreza nas áreas metropolitanas brasileiras: uma análise segundo a categorização de Hulme e Shepherd (2002 a 2012)*¹

AUTORES:

Solange Ledi Gonçalves

Mestrado pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais (CEDEPLAR-UFMG)

Endereço: Rua Puerto Suarez, 75

CEP: 04843-130 – São Paulo – SP

(11) 95385-2607

E-mail: solange.goncalves@usp.br/solydi@gmail.com

Ana Flávia Machado

Professora Associada do Departamento de Economia da UFMG

Endereço: Rua Ovídio de Andrade 102, apto 02

CEP: 30330-170 – Belo Horizonte – MG

(31) 9131-6162

E-mail: afmachad@cedeplar.ufmg.br

¹ Este trabalho contou com o apoio da FAPEMIG

TÍTULO DO ARTIGO: Dinâmica da pobreza nas áreas metropolitanas brasileiras: uma análise segundo a categorização de Hulme e Shepherd (2002 a 2012)

RESUMO: Com o desenvolvimento de estudos cada vez mais sofisticados em termos da abordagem metodológica e da abrangência do conceito de pobreza, pesquisadores chegaram a um consenso sobre a característica dinâmica do fenômeno, ou seja, a existência de um movimento de saída e entrada de indivíduos e famílias na situação de privação. Nesse contexto, Hulme e Shepherd (2003) definem cinco grupos de acordo com a localização do indicador pontual e do indicador médio de pobreza em relação à linha de pobreza. O objetivo do presente trabalho é adaptar tal tipologia para o Brasil, por meio da utilização dos microdados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), para o período de 2002 a 2012 e as seis regiões metropolitanas cobertas pela PME. A categorização permite observar que, apesar da queda generalizada da porcentagem de famílias em todas as categorias de pobreza na última década, as famílias sempre ou usualmente pobres apresentam características demográficas, socioeconômicas e de acesso e inserção no mercado de trabalho distintas das famílias com pobreza transitória ou classificadas como nunca pobres. Além disso, as regiões metropolitanas do Nordeste (Salvador e Recife) apresentam porcentagens mais altas de pobres crônicos e transitórios. Os resultados indicam a necessidade de diferenciação das famílias pobres, de acordo com o movimento de entrada e saída da pobreza, ou seja, que a dinâmica da pobreza seja considerada no desenho de políticas públicas.

PALAVRAS-CHAVE: dinâmica da pobreza; pobreza crônica; pobreza transitória.

ABSTRACT: With studies on poverty displaying an ever-greater complexity, as regards both their methodological approach and the scope of the concept, researchers of the issue have reached a consensus about the dynamic character of the poverty phenomenon – i.e., that poverty cycles propagate themselves, as well as that individuals and households both enter and exit a situation of deprivation. In this context, Hulme and Shepherd (2003) define five groups according to the position of the exact indicator of poverty and the average indicator of poverty in relation to the poverty line. This study aims to adapt this typology to Brazil, based on data from the Monthly Employment Survey (*Pesquisa Mensal de Emprego – PME/IBGE*), for the 2002 to 2012 period. We carry out analyses for six metropolitan regions: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador and Recife. The categorization allows us to observe that, despite the decrease in the percentage of families in all poverty categories in the last decade, households “*always*” or “*usually*” poor are distinct of families with transient poverty or classified as “*not poor*”. Moreover, Recife and Salvador have higher percentages of chronic and transient poverty. The results indicate that it is necessary to differentiate poor families, according to the movement in and out of poverty, ie, the dynamics of poverty must be considered in the design of public policies.

KEY-WORDS: poverty dynamics, chronic poverty, transient poverty.

CLASSIFICAÇÃO JEL DO TRABALHO: I32, I31, D31

1. INTRODUÇÃO

O fenômeno da pobreza tornou-se tema recorrente e central na agenda de pesquisas acadêmicas e na pauta de debates sobre políticas públicas prioritárias dos governos nacionais e de agências internacionais que fomentam e financiam ações voltadas para o alívio de problemas sociais.

Com o desenvolvimento de estudos cada vez mais sofisticados em termos da abordagem metodológica e da abrangência do conceito de pobreza, e de trabalhos sobre os fatores responsáveis por esse fenômeno, pesquisadores chegaram a um consenso sobre a multidimensionalidade e complexidade desse problema social. Além disso, muitos estudos comprovaram a característica dinâmica do fenômeno, ou seja, a existência de propagação de ciclos de pobreza, bem como de um movimento de saída e entrada de indivíduos e famílias na situação de privação.

Nesse contexto, é possível destacar o trabalho de White e Killick (2001), desenvolvido com o objetivo de tratar as diversas formas de manifestação do fenômeno. Esses autores salientam a importância da distinção entre pobreza crônica, entendida como o estado de pobreza que decorre de uma confluência de fatores tais como a ausência de influência política, poucos bens e falta de acesso a mercados, e pobreza transitória, que deve ser relacionada à incidência de choques, ou maior vulnerabilidade a choques, tais como problemas em safras, flutuações de preços e doenças (WHITE; KILLICK, 2001, p. 15).

Nesse contexto, Hulme e Shepherd (2003), cientes da necessidade de distinguir as diferentes formas de ocorrência de pobreza, definem cinco grupos de acordo com a localização do indicador pontual e do indicador médio de pobreza em relação à linha de pobreza. O objetivo do presente trabalho é adaptar tal tipologia para o caso brasileiro, recorrendo-se aos microdados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) para o período de 2002 a 2012, e por meio da imputação da renda do não trabalho da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)², para as seis regiões metropolitanas cobertas pela PME.

O trabalho está organizado em quatro seções, além desta introdução. Na segunda seção, é apresentado um breve resumo da literatura sobre categorizações no contexto de dinâmica da pobreza. A seguir, na terceira seção, apresentamos a metodologia aplicada. Na quarta, descrevemos os resultados e, finalmente, na quinta, as considerações finais.

2. A IMPORTÂNCIA DA ABORDAGEM DE DINÂMICA DA POBREZA: UMA BREVE REVISÃO DA LITERATURA

O principal resultado da extensa literatura sobre dinâmica da pobreza é o reconhecimento sobre a necessidade de uma referência temporal para o fenômeno e a ênfase no fenômeno como resultado de um processo dinâmico (ALWANG; SIEGEL; JORGENSEN, 2001, p. 7).

Para Bane e Ellwood (1986), a distinção entre indivíduos ou famílias sempre pobres e pobres em um dado período de tempo permite um maior entendimento sobre o fenômeno da pobreza. Esses autores definem a pobreza como a situação em que a renda fica abaixo de um padrão de necessidades, calculada com base no tamanho da família, e definem ciclo de pobreza como o período que se inicia no momento em que a renda fica abaixo da linha de pobreza, após ter ficado acima da linha de pobreza, e que termina quando a renda passa a ficar acima da linha de pobreza, imediatamente após ter ficado abaixo.

² Seguindo metodologia aplicada por Ribas e Machado (2008).

Com o objetivo de calcular probabilidades de saída da pobreza para os Estados Unidos, entre 1970 e 1981, por meio de uma abordagem de funções de risco ou “hazard rates” e levando em consideração o tempo que as famílias permanecem na pobreza, e estudar os eventos associados ao início e fim dos ciclos de pobreza, Bane e Ellwood (1986) verificam que somente uma pequena fração dos indivíduos ou famílias que entram na pobreza em um dado ponto do tempo é cronicamente pobre, porém essas famílias com longos ciclos de pobreza representam uma parte considerável do grupo de pobres em qualquer ponto do tempo e consomem a maior parte dos recursos direcionados para atenuar a privação.

Ravallion (1988), em pesquisa sobre a Índia, entre os anos de 1975 e 1983, com o intuito de analisar a relação entre riscos agregados enfrentados conjuntamente pelas famílias das áreas rurais e refletidos na variância do nível de bem-estar (consumo), e pobreza (baixo nível de bem-estar), decompõe a pobreza em transitória e crônica, levando em consideração o tempo que a família fica abaixo da linha de pobreza e a profundidade ou severidade da queda abaixo da linha. Para o autor, as famílias com pobreza persistente são pobres em qualquer ponto do tempo, ou seja, apresentam nível de bem-estar abaixo da linha de pobreza em todo o período de análise; já as famílias com pobreza transitória são pobres em, no mínimo, um instante do tempo, mas não são continuamente pobres.

Decomposição semelhante para a pobreza é encontrada nos estudos de Jalan e Ravallion (1998; 2000), para a China, no período de 1985-1990. Nesses trabalhos, a pobreza transitória é atribuída à variância intertemporal do consumo, ou seja, é medida pela contribuição da variabilidade do indicador de bem-estar ao longo do tempo para a pobreza esperada e, para que uma família apresente pobreza transitória, deve ser observada na pobreza em, no mínimo, um ponto no tempo e seu padrão de vida deve apresentar variações no período de análise.

Além disso, esses autores afirmam que a pobreza transitória decorre da vulnerabilidade dos indivíduos a quedas em seu padrão de vida: indivíduos não-pobres podem repentinamente cair na pobreza e indivíduos que vivem não muito abaixo da linha de pobreza podem repentinamente cair na pobreza extrema (JALAN; RAVALLION, 2000, p. 82). Por sua vez, a pobreza crônica é definida como a pobreza que persiste ao longo do tempo, mesmo quando a variabilidade intertemporal no consumo foi suavizada. Por fim, a pobreza intertemporal consiste na soma dos componentes crônico e transitório da pobreza.

No contexto das distinções entre pobreza estocástica ou transitória e pobreza permanente ou crônica, cabe ainda citar o trabalho de Morduch (1994). Esse autor, preocupado com a relação de causalidade entre a falta de mecanismos de segurança contra choques e a incidência de pobreza, define pobreza estocástica como aquela que não ocorre em todo o período de análise e, assim, atribui a condição estocástica de pobreza a uma família se o seu consumo corrente estiver abaixo da linha de pobreza, que se situa abaixo da renda permanente ou renda média, ou seja, a família é pobre em um ponto específico do tempo, mas sua renda permanente está acima da linha de pobreza. Para o autor, esse fenômeno pode estar relacionado a elementos estocásticos na economia de uma localidade ou pode resultar da impossibilidade de aquisição de empréstimos em consequência de imperfeições do mercado de crédito. Já a pobreza estrutural, ligada a características intrínsecas da família e/ou à falta de capacidade de obter rendimentos suficientes, é definida como a situação em que a família é pobre em todo o período de análise, ou seja, o seu consumo corrente e a sua renda permanente situam-se abaixo da linha de pobreza definida como padrão. A situação de pobreza estrutural pode estar associada à ocorrência de choques na estrutura da família, que provocam a queda na renda permanente, e/ou à impossibilidade de obter empréstimos ligados à baixa renda permanente, fato que levaria à permanência na pobreza por algum período (MORDUCH, 1994).

Assim, a distinção entre os diferentes perfis de grupos demográficos e socioeconômicos, em relação à oscilação da renda familiar *per capita* em torno da linha de pobreza, ao longo de uma série temporal, deve ser, portanto, objeto de análise dos estudos que trabalham com dinâmica da pobreza. Tal diferenciação deve ser levada em consideração no desenho de ações de políticas públicas. Famílias que são sempre pobres requerem, além de programas de transferência de renda, inclusão para capacitação para o trabalho e políticas de integração às redes sociais. Por outro lado, famílias que vivem episódios de pobreza em momentos de inflexão do ciclo econômico, situação relacionada, na maioria das vezes, à predominância de ocupação autônoma, podem necessitar de maior acesso a programas de crédito. Ao considerar, então, essas diferentes situações ou quadros de pobreza, a próxima seção apresenta a metodologia aplicada para classificação das famílias à categorização de Hulme e Shepherd (2003).

3. A CATEGORIZAÇÃO DE HULME E SHEPHERD (2003)

Dentro da abordagem de dinâmica da pobreza, as famílias são classificadas e agrupadas pela aplicação das categorizações específicas e agregadas apresentadas por Hulme e Shepherd (2003), em uma adaptação ao trabalho de Jalan e Ravallion (2000).

Em uma primeira categorização, os autores definem cinco grupos (denominadas categorias específicas) de acordo com a localização do indicador pontual e do indicador médio de pobreza em relação à linha de pobreza. No presente trabalho, a renda familiar em cada ponto do tempo é o indicador pontual e a renda familiar média das duas observações da família, com intervalo de 12 meses entre as duas entrevistas, é o escore médio de pobreza da família. Para os rendimentos totais das famílias, é utilizada a *proxy*: soma da renda efetiva com a renda não-trabalho imputada³.

Dessa forma, as categorias específicas são: *sempre pobres* (SP), cujo indicador de pontual pobreza para cada período e o indicador médio de pobreza situam-se abaixo da linha de pobreza; *usualmente pobres* (UP), que apresentam indicador médio de pobreza abaixo da linha de pobreza, mas não são pobres em todos os períodos, ou seja, o indicador pontual de pobreza fica acima da linha de pobreza em algum ponto do tempo (no presente trabalho, são os grupos que cruzaram somente uma vez a linha de pobreza); *rotativamente pobres* (RP), com indicador médio de pobreza em torno da linha de pobreza, mas podem ser pobres em alguns períodos e não-pobres em outros; *ocasionalmente pobres* (OP), com indicador médio de pobreza acima da linha de pobreza, mas que vivenciaram no mínimo um período na pobreza (no presente trabalho, são os grupos que vivenciaram somente um período na pobreza); e *nunca pobres* (NUP), cujo indicador médio de pobreza e indicador pontual situam-se sempre acima da linha de pobreza. Essas categorias podem ser agregadas em: *cronicamente pobres* (CP), junção de *sempre pobres* e *usualmente pobres*; *transitoriamente pobres* (TP), junção de *rotativamente pobres* e *ocasionalmente pobres*; e os *não-pobres* (NP), categoria das famílias *nunca pobres*.

Cabe destacar que, no presente trabalho, as categorias rotativamente pobres e ocasionalmente pobres são agregadas, já que, para cada família, são utilizadas duas observações no tempo, com intervalo de 12 meses entre as entrevistas, e, portanto, as duas categorias tratam das mesmas unidades de pesquisa.

³ A renda efetiva das famílias é a variável *Rendimento mensal efetivamente recebido no mês de referência de todos os trabalhos* (VD26), da PME, e pode ser definida como aquela que a pessoa de fato recebeu no mês de referência (PME, IBGE). Ou seja, são considerados choques (descontos ou adições de valores) que as famílias sofrem em seus rendimentos usuais ou habituais.

A Figura 1, presente no Apêndice do artigo, e construída com base em uma adaptação do trabalho de Jalan e Ravallion (2000), apresentada no artigo de Hulme e Shepherd (2003), permite a visualização do método aplicado.

4. BASE DE DADOS

A base de dados escolhida é a Pesquisa Mensal de Emprego (PME/IBGE). Essa pesquisa é domiciliar e longitudinal, de periodicidade mensal e investiga características da população residente na área urbana das regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre. O principal objetivo da PME é produzir indicadores mensais da força de trabalho que permitam avaliar as flutuações e a tendência do mercado de trabalho metropolitano e possibilitem análises sobre as relações entre o mercado de trabalho e a força de trabalho, associadas a outros aspectos socioeconômicos da população (IBGE).

Apesar da riqueza dos microdados da PME, que permite a investigação de fenômenos dinâmicos, essa pesquisa apresenta algumas limitações. A primeira limitação consiste na cobertura da amostra, que se reduz ao estudo de seis regiões metropolitanas, ou seja, contempla cerca de 25% da população brasileira e não abrange áreas rurais. A segunda limitação está ligada à impossibilidade de observar todos os indivíduos da amostra nas oito entrevistas, ou seja, ao fato da PME se tratar de um painel desbalanceado. A mobilidade geográfica dos indivíduos, a recusa de entrevista e a imprecisão na declaração das informações utilizadas como critério de identificação na reconstituição do painel, já que a PME não reporta códigos para indivíduos inseridos nos domicílios, são as principais causas do desgaste do painel, segundo Ribas e Soares (2008).

Para minimizar esses problemas, são realizados dois tratamentos nos dados coletados: o primeiro é a aplicação de metodologia de recuperação de indivíduos da amostra, por meio de um algoritmo de emparelhamento (mais avançado do que o convencionalmente usado, o qual é baseado no dia, mês e ano de nascimento e no sexo do indivíduo), desenvolvido por Ribas e Soares (2008); e o segundo é uma tentativa de minimizar o problema da exclusão amostral em razão da mudança geográfica⁴, por meio da manutenção de famílias com substituição ou diminuição de indivíduos em proporção menor ou igual à metade do número total de membros, em uma das observações.

Com o intuito de investigar as condições do mercado de trabalho e da força de trabalho, o questionário da PME apresenta questões relativas aos rendimentos do trabalho e não considera outras fontes de renda tais como: pensões, seguro-desemprego, aluguéis, ganhos provenientes de investimentos e transferências públicas e privadas, essenciais para análises de bem-estar familiar e da vulnerabilidade das famílias à pobreza. Para o tratamento desse problema, é aplicada a metodologia de imputação na PME dos demais rendimentos domiciliares, disponíveis na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE), uma adaptação do método de Elbers, Lanjouw e Lanjouw (2003), de transposição de variáveis de uma base de dados para outra, realizada por Ribas e Machado (2008).

⁴ De acordo com a metodologia da PME, se durante o período em que a unidade domiciliar permanece na amostra, a família mudar de endereço e outra família passar a ocupar a unidade domiciliar, a informação passa a ser do novo morador no período restante. Dessa forma, no artigo, os critérios utilizados para evidenciar a possível mudança geográfica da família é a diminuição (ou aumento) do tamanho das famílias para menos (mais) da metade do número de membros da observação inicial, ou a substituição de mais da metade dos membros da família por membros com características diferentes, entre as duas entrevistas. Para captar a substituição dos membros, a característica averiguada é a idade calculada dos indivíduos, e são excluídas as famílias em que mais da metade dos membros são indivíduos com diferença maior do que dois anos na idade declarada na primeira e segunda observação.

No presente estudo, o período de análise escolhido compreende os anos de 2002 (a partir de março) até 2012 (dezembro)⁵. Já as unidades de pesquisa são as famílias inseridas nos domicílios. A amostra final, após tratamentos, contém 386.255 famílias, observadas em dois pontos do tempo.

As variáveis utilizadas na categorização estão divididas em dois grupos: 1) Variáveis da família; 2) Variáveis do chefe da família. Os grupos 1 e 2 podem ser subdivididos, de acordo com a natureza das variáveis, em três partes: variáveis demográficas, socioeconômicas e variáveis que captam a inserção no mercado de trabalho⁶.

O grupo de variáveis demográficas da família é formado por sete variáveis: número de membros da família; *dummy* para número de membros acima do valor médio amostral; proporção de crianças, idosos e membros em idade ativa (idade maior ou igual a 18 anos e menor ou igual a 65 anos); proporção de brancos; e a proporção de homens entre os membros da família. Já as variáveis demográficas do chefe da família são: idade; uma *dummy* para chefe branco e outra para chefe do sexo masculino.

As variáveis socioeconômicas incorporadas são: proporção de adultos (mais de 18 anos) com ensino fundamental (8 ou 9 anos de estudo); proporção de adultos com ensino médio (11 ou 12 anos de estudo); proporção de adultos com ensino superior (15 anos ou mais de estudo); proporção de trabalhadores com emprego de baixo (manual), médio e alto (superior) nível de qualificação; educação do chefe da família; nível de qualificação do trabalho do chefe da família. Adicionalmente, esse grupo apresenta uma *dummy* para o status marital do chefe da família, cuja inclusão justifica-se tanto pelo seu impacto na composição familiar (tamanho) quanto pela participação nos rendimentos e nas decisões familiares.

Por último, o grupo das variáveis de inserção no mercado de trabalho dos membros e do chefe da família contém onze variáveis. O grau de acesso e de inserção no mercado de trabalho do chefe da família é captado pelas variáveis: condição de ocupação (variável categórica: valor 1 para ocupado; valor 2 para desempregado; valor 3 para inativo); *dummy* para permanência de mais de um ano no emprego atual; e *dummy* para emprego em segmentos formais. Já a inserção dos demais membros é descrita pelas variáveis: proporção de trabalhadores (pessoas ocupadas) entre os membros em idade ativa da família; proporção de trabalhadores com mais de um ano no emprego atual; proporção de desempregados (pessoas desocupadas) entre os membros em idade ativa; proporção de trabalhadores em segmentos formais; *dummy* para presença de trabalhadores com licença ou afastamento por doença; média de horas semanais de trabalho da família; *dummy* para média de horas semanais de trabalho da família acima da média amostral.

A linha de pobreza escolhida para o artigo é absoluta, administrativa e consiste no corte estabelecido pelo governo federal para a elegibilidade do Programa Bolsa Família (PBF)⁷. Osorio *et al.* (2011) defendem a utilização de uma linha de pobreza “político-administrativa”, como o corte do PBF, argumentando que, no âmbito da política pública, as percepções dos pesquisadores sobre a pobreza e suas decisões normativas não podem substituir percepções consolidadas e advindas de um consenso.

⁵ São utilizados 16 painéis (conjuntos de unidades domiciliares) da PME: C, D, E, F, G, H, I, J, K, L, M, N, O, P. Cabe destacar que do painel P são utilizadas as famílias com, no mínimo, quinta entrevista em dezembro de 2012.

⁶ A descrição detalhada de algumas variáveis consta na Tabela A1 do Apêndice.

⁷ Como o programa Bolsa Família é implementado somente em 2004, para os anos de 2002 e 2003, é utilizado o critério de elegibilidade do Programa Bolsa Escola. Os valores determinados para essa linha são mensalmente corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC (Disponível em <http://www.ipeadata.gov.br/>). Cabe destacar que o critério de elegibilidade sofre ajustes determinados pelo governo em 2007 e 2009.

5. RESULTADOS

As tabelas 1 e 2 apresentam evidências da heterogeneidade das famílias pobres da amostra, ou seja, mostram como as famílias com alto grau de privação podem apresentar características demográficas e socioeconômicas distintas, que devem ser levadas em consideração no desenho de políticas públicas. Nesse contexto, é analisado o perfil das famílias inseridas em cada uma das categorias específicas e agregadas propostas por Hulme e Shepherd (2003).

Tabela 1: Média das variáveis da família e do chefe da família, por categoria específica de Hulme e Shepherd (2003)

Média das variáveis	Categorias específicas de Hulme e Shepherd (2003)			
	Sempre pobres	Usualmente pobres	Rotativamente ou ocasionalmente pobres	Nunca pobres
Membros	4	4	3	3
Núm. membros > média	73,4%	77,8%	57,4%	62,3%
Proporção de crianças	27,0%	23,7%	12,6%	9,0%
Proporção de idosos	2,8%	3,3%	12,0%	12,6%
Proporção idade ativa	31,0%	37,7%	54,6%	66,4%
Proporção brancos	36,2%	37,3%	49,9%	60,6%
Proporção homens	43,4%	44,3%	43,2%	46,8%
Proporção ens.				
Fundamental	39,5%	42,2%	51,3%	66,8%
Proporção ens. Médio	19,3%	20,4%	32,2%	50,1%
Proporção ens. Superior	2,2%	0,9%	6,3%	15,3%
Proporção trab. Manual	29,1%	34,9%	27,9%	27,8%
Proporção trab. Médio	4,9%	7,9%	10,6%	22,1%
Proporção trab. Superior	18,9%	21,8%	23,1%	36,9%
Proporção trabalhadores	5,5%	10,1%	19,8%	41,0%
Proporção > 1 ano emprego	26,3%	30,3%	34,4%	62,5%
Proporção desempregados	18,1%	16,6%	11,1%	4,3%
Proporção trab. Formais	14,9%	23,3%	27,0%	51,8%
Proporção trab. Licença	0,4%	0,4%	0,3%	0,2%
Horas trab. Família	6	9	12	21
Núm. horas trab. > média	6,2%	14,0%	25,8%	56,5%
Idade chefe	39	40	47	49
Chefe branco	36,4%	36,8%	50,2%	60,9%
Chefe homem	47,8%	52,9%	53,0%	65,8%
Chefe casado	49,6%	57,8%	49,9%	64,2%
Chefe qualificação	0,9	1,1	1,0	1,3
Chefe cond. Ocupação	2,0	1,9	2,0	1,6
Chefe escolaridade	6	6	7	8
Chefe > 1 ano emprego	28,5%	33,7%	39,2%	72,6%
Chefe formal	69,0%	80,1%	72,9%	99,1%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PME 2002-2011 (IBGE).

Tabela 2: Média das variáveis da família e do chefe da família, por categoria agregada de Hulme e Shepherd (2003)

Média das variáveis	Categorias agregadas de Hulme e Shepherd (2003)		
	Pobres crônicos	Pobres transitórios	Nunca pobres
Membros	4	3	3
Núm. horas trab. > média	75,3%	57,4%	62,3%
Proporção de crianças	25,6%	12,6%	9,0%
Proporção de idosos	3,0%	12,0%	12,6%
Proporção idade ativa	33,8%	54,6%	66,4%
Proporção brancos	36,7%	49,9%	60,6%
Proporção homens	43,8%	43,2%	46,8%
Proporção ens.			
Fundamental	40,6%	51,3%	66,8%
Proporção ens. Médio	19,7%	32,2%	50,1%
Proporção ens. Superior	1,7%	6,3%	15,3%
Proporção trab. Manual	31,6%	27,9%	27,8%
Proporção trab. Médio	6,2%	10,6%	22,1%
Proporção trab. Superior	20,2%	23,1%	36,9%
Proporção trabalhadores	7,5%	19,8%	41,0%
Proporção > 1 ano emprego	28,0%	34,4%	62,5%
Proporção desempregados	17,5%	11,1%	4,3%
Proporção trab. Formais	18,5%	27,0%	51,8%
Proporção trab. Licença	0,4%	0,3%	0,2%
Horas trab. Família	7	12	21
Núm. horas trab. > média	9,5%	25,8%	56,5%
Idade chefe	39	47	49
Chefe branco	36,6%	50,2%	60,9%
Chefe homem	49,9%	53,0%	65,8%
Chefe casado	53,1%	49,9%	64,2%
Chefe qualificação	1,0	1,0	1,3
Chefe cond. Ocupação	2,0	2,0	1,6
Chefe escolaridade	6	7	8
Chefe > 1 ano emprego	30,7%	39,2%	72,6%
Chefe formal	73,7%	72,9%	99,1%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PME 2002-2011 (IBGE).

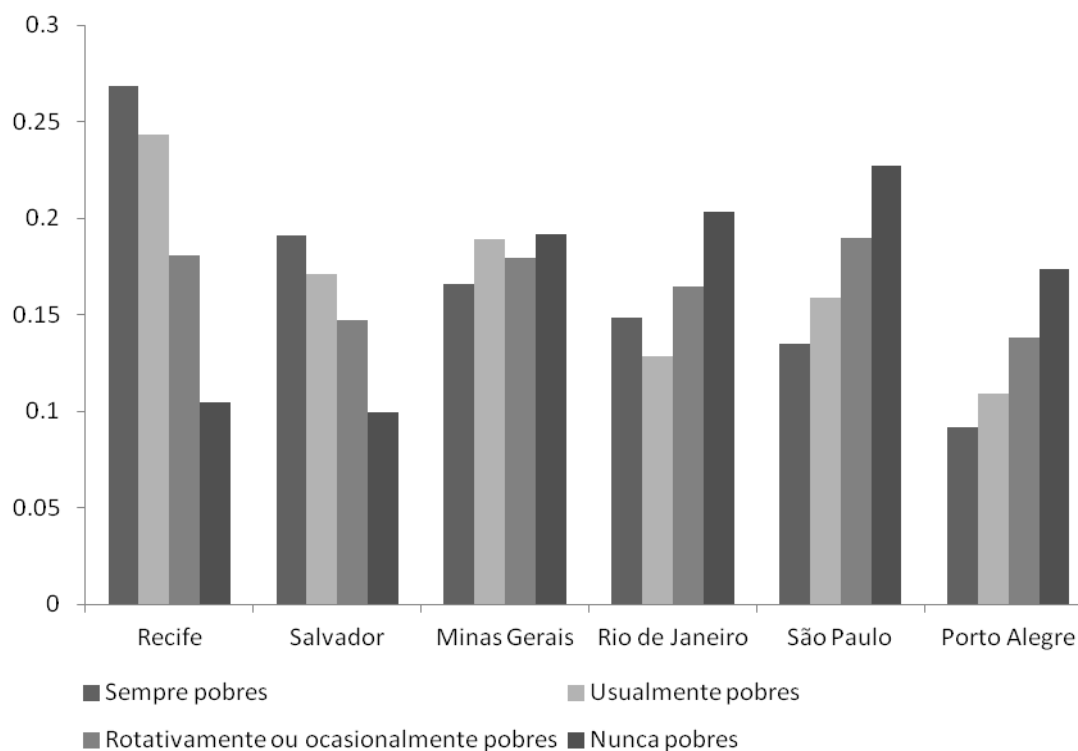
São visíveis as diferenças entre as categorias na estrutura demográfica das famílias: a proporção de crianças é maior nas categorias sempre pobres e usualmente pobres, enquanto que a proporção de idosos e membros em idade ativa é maior nas categorias rotativamente ou ocasionalmente pobres e nunca pobres. Nas variáveis de educação dos membros e do chefe da família, há predominância de adultos com ensino médio e superior nas duas últimas categorias (rotativamente/ocasionalmente pobres e nunca pobres). Também existem disparidades nas variáveis que captam o acesso e inserção no mercado de trabalho, com as duas últimas categorias apresentando proporções significativamente maiores de membros com trabalho, com mais de um ano no trabalho e com emprego no setor formal. Além disso, as famílias das duas primeiras categorias (sempre e usualmente pobres) apresentam menor proporção de brancos, maior proporção de desempregados, menor média de horas semanais de trabalho (que

também pode estar relacionada ao maior desemprego estrutural ou friccional dessas famílias), chefe com idade média e número de anos de estudo menores.

A Tabela 2 confirma a heterogeneidade entre as famílias com pobreza crônica (junção das categorias específicas: sempre e usualmente pobres), pobreza transitória (rotativamente ou ocasionalmente pobres) e famílias nunca pobres.

Por meio do Gráfico 1, é possível verificar que, nas RMs da região Nordeste (Recife e Salvador), as categorias de famílias sempre pobres e usualmente pobres - pobreza crônica - são predominantes, enquanto que as famílias nunca pobres aparecem em menor proporção. As RMs da região Sudeste (Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo), por sua vez, apresentam as categorias de pobreza mais bem distribuídas, ou seja, as pobrezas crônica e transitória aparecem em proporção semelhante entre as famílias, e a categoria de famílias nunca pobres passa a ser a predominante. Por último, cabe destacar que a RM de Porto Alegre é a que apresenta menores porcentagens de famílias em cada uma das categorias de pobreza e maior proporção de famílias nunca pobres.

Gráfico 1: Distribuição das categorias específicas de Hulme e Shepherd (2003) por Região Metropolitana

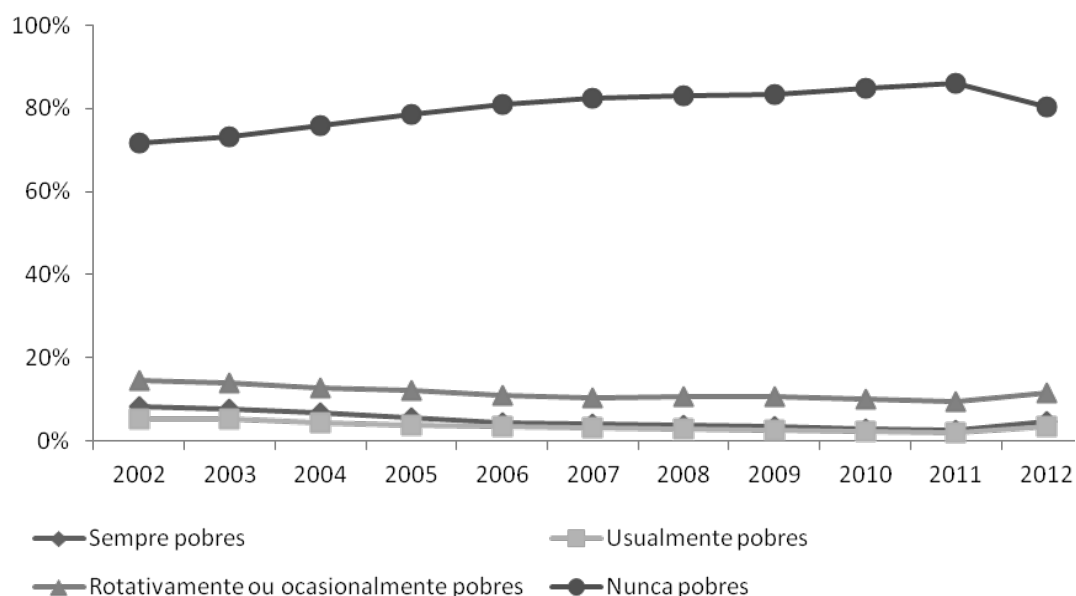


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PME 2002-2011 (IBGE).

O Gráfico 2 mostra a evolução da porcentagem de famílias em cada uma das categorias específicas de Hulme e Shepherd (2003), entre 2002 e 2012. É possível observar que tanto a porcentagem de famílias nas duas categorias que perfazem a pobreza crônica, sempre pobres e usualmente pobres, quanto a porcentagem de famílias na categoria relacionada à pobreza transitória, as famílias rotativamente ou ocasionalmente pobres, caem entre 2002 e 2012. Em contrapartida, a proporção de famílias nunca pobres cresce ao longo de quase todo o período, apresentando redução apenas entre 2011 e 2012. Esses resultados estão relacionados ao aumento da renda média da população brasileira que, por sua vez, podem ser

advindos dos aumentos consecutivos no salário mínimo, das políticas federais de aumento das transferências, por meio da expansão do Programa Bolsa Família, bem como ao aquecimento do mercado de trabalho.

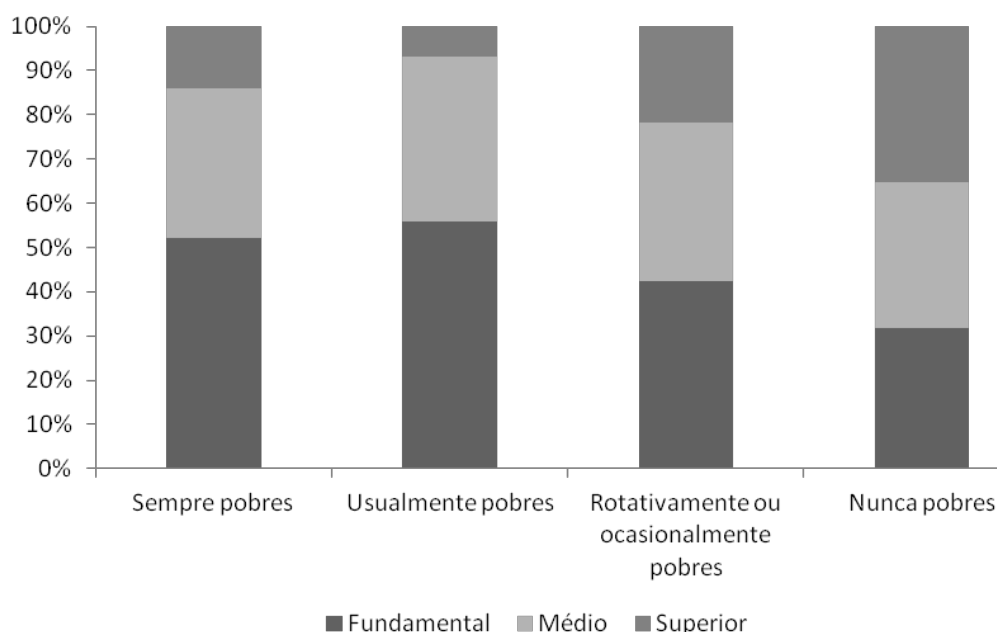
Gráfico 2: Evolução da porcentagem de famílias em cada categoria específica de Hulme e Shepherd (2003) entre 2002 e 2012



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PME 2002-2011 (IBGE).

A distribuição das famílias inseridas em cada uma das categorias específicas de pobreza, por nível educacional do chefe, apresentada no Gráfico 3, permite verificar que os chefes de família com ensino fundamental estão mais presentes entre os sempre pobres e usualmente pobres, ou seja, as famílias com pobreza crônica. A proporção de chefes de família com ensino superior mostra-se significativa entre os rotativamente ou ocasionalmente pobres e entre as famílias nunca pobres. Esse gráfico fornece evidências da relação entre a situação de pobreza crônica e problemas estruturais que afetam as famílias, ou seja, a rendimentos baixos relacionados ao nível menor de escolaridade. Em contrapartida, a situação de pobreza transitória estaria menos relacionada a questões estruturais, já que as famílias rotativamente e ocasionalmente pobres apresentam maior proporção de chefes com ensino médio e superior completo. Essa situação estaria ligada, portanto, à volatilidade da renda das famílias, a qual pode decorrer de choques inesperados e fatores conjunturais.

Gráfico 3: Nível educacional do chefe da família em cada categoria específica de Hulme e Shepherd (2003)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PME 2002-2011 (IBGE).

6. CONCLUSÕES

A categorização proposta por Hulme e Shepherd (2003) permite observar que, apesar da queda generalizada de todas as categorias de pobreza na última década, as famílias sempre ou usualmente pobres apresentam características demográficas, socioeconômicas e de acesso e inserção no mercado de trabalho distintas das famílias com pobreza transitória ou classificadas como nunca pobres. No caso das “sempre pobres”, pela maior participação de crianças, pela maior participação de mulheres como chefes, de baixa escolaridade e menor participação na margem extensiva e intensiva do mercado de trabalho (estar ocupado e jornada/horas de trabalho, respectivamente), as políticas sociais para atenuar o círculo vicioso da pobreza deveriam focalizar em ampliar o número de creches nas áreas vulneráveis, programas de qualificação voltados para atividades onde haja maior representatividade feminina, programas de orientação para inserção da mão-de-obra no mercado de trabalho, além dos programas de transferência de renda. Em relação aos “usualmente pobres” que, embora apresentem alguns indicadores mais bem posicionados que o grupo anterior, a similaridade sugere mesmo conteúdo para a formulação de políticas. Como já dito, os dois grupos formam os “pobres crônicos”.

Em termos dos pobres transitórios, denominados por Hulme e Shepherd (2003) de “rotativamente ou ocasionalmente pobres”, nota-se maior presença de idosos e de condições de trabalho mais favoráveis, pelo menor número de desempregados na família, maior formalização e jornada de trabalho. Assim as políticas devem, nesse caso, ser orientadas para políticas ativas de mercado de trabalho, ou seja, expansão de período de acesso e do valor do seguro desemprego que atenuem as perdas de renda ocasionadas pelas flutuações do ciclo econômico e, no caso de autônomos, facilitar o acesso e a gestão do crédito para momentos de maior variabilidade dos rendimentos, bem como a capacitação da mão-de-obra, de forma a

reduzir possível incompatibilidade entre competências do trabalhador e as exigidas pelo posto de trabalho.

Por último, cabe dizer que as regiões metropolitanas da região Nordeste (Salvador e Recife), as quais apresentam porcentagens mais altas de pobres crônicos e transitórios, devem ser foco das políticas públicas que busquem o alívio da pobreza.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALWANG, Jeffrey; SIEGEL, Paul B.; JORGENSEN, Steen L. Vulnerability: a view from different disciplines. *Social Protection Discussion Paper Series*, Human Development Network, World Bank, Washington, p.1-42, 2001.

BANE, Mary Jo; ELWOOD, David T. Slipping into and out of poverty: the dynamics of spells. *The Journal of Human Resources*, p.1-23, 1986.

ELBERS, Chris., LANJOUW, Jean O., LANJOUW, Peter. Micro-level estimation of poverty and inequality. *Econometrica*, n. 71, p. 355-364, 2003.

HULME, David; SHEPERD, Andrew. Conceptualizing Chronic Poverty. *World Development*, v. 31, n. 3, p. 403-423, 2003.

IBGE. *Pesquisa Mensal de Emprego*. Rio de Janeiro, 2002-2011. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/default.shtm. Acesso em: 19 mai. 2014.

IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*. Rio de Janeiro, 2002-2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/default.shtm>. Acesso em: 19 mai. 2014.

IPEADATA. *INPC: Inflação*. Brasília, 2002-2011. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/>. Acesso em: 19 mai. 2014.

JALAN, Jyotsna; RAVALLION, Martin. Transient poverty in post reform rural China. *Journal of Comparative Economics*, Washington, n.26, p. 338-357, Apr. 1998.

JALAN, Jyotsna; RAVALLION, Martin. Is transient poverty different? Evidence for rural China. *Journal of Development Studies*, n.36, p. 82-98, 2000.

MORDUCH, Jonathan. Poverty and vulnerability. *The American Economic Review*, v. 84, n. 2, p.221-225, May. 1994.

OSORIO, R. G.; SOARES, S.; SOUZA, P. H. G. F. *Erradicar a pobreza extrema: um objetivo ao alcance do Brasil*. Brasília: IPEA, 2011 (Texto para discussão n. 1619).

RAVALLION, Martin. Expected poverty under risk-induced welfare variability. *The Economic Journal*, v. 98, n. 393, p. 1171-1182, Dec. 1988.

RIBAS, Rafael P.; MACHADO Ana. F. *A imputação da renda não-trabalho na Pesquisa Mensal de Emprego (PME/IBGE) e seu proveito em análises dinâmicas de pobreza e desigualdade*. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Anais, Caxambu: ABEP, 2008. n. 16, 2008.

RIBAS, Rafael P.; SOARES, Sergei S. D. *Sobre o painel da pesquisa mensal de emprego (PME) do IBGE*. Rio de Janeiro, Ago. 2008 (Texto para discussão n° 1348).

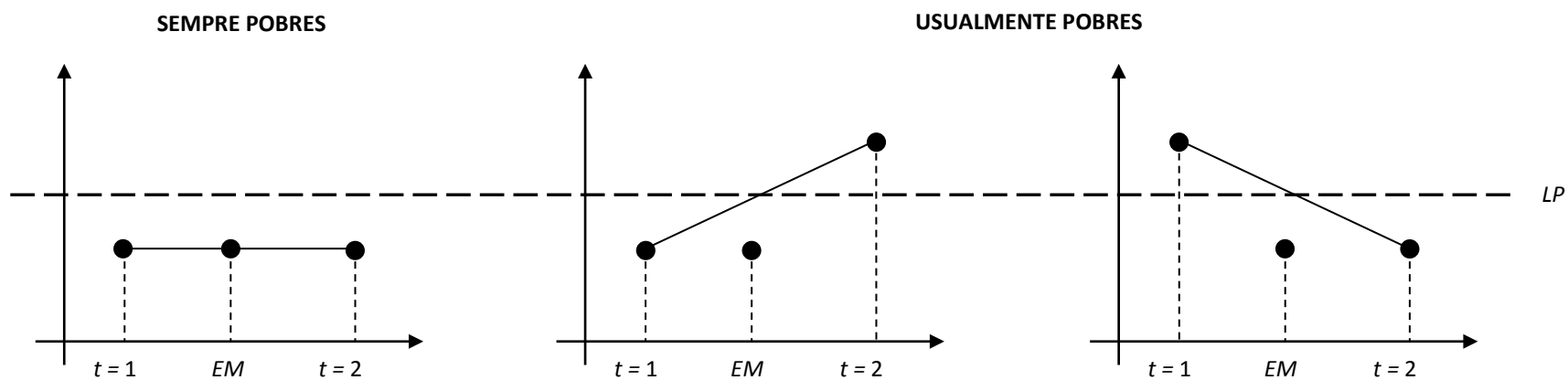
WHITE, Howard N.; KILLICK, Tony. *African poverty at the millennium: causes, complexities and challenges*. WashingtonD.C.: The World Bank, 2001.

APÊNDICES

Tabela A1: Descrição detalhada de algumas variáveis

Variável	Descrição
Ensino fundamental	Adultos que freqüentam: a primeira série do curso Regular do ensino médio ou 2º grau; ou o curso Supletivo do ensino médio ou 2º grau; ou o curso Médio 1º ciclo (ginasial) não seriado e concluíram o curso; ou o curso Médio 1º ciclo (ginasial) seriado e concluíram o quarto ano do curso; ou que freqüentaram: o Ensino Fundamental ou 1º grau e concluíram o curso; ou o curso Médio 2º ciclo (científico, clássico, etc) e não concluíram o curso; ou o Ensino médio ou 2º grau e não concluíram o curso.
Ensino médio	Adultos que freqüentam: a quarta série do curso Regular do ensino médio ou 2º grau; ou o curso pré-vestibular; ou o primeiro ano do curso Superior – graduação; ou o curso Médio 2º ciclo (científico, clássico, etc) não seriado e concluíram o curso; ou o curso Médio 2º ciclo (científico, clássico, etc) seriado e concluíram a terceira ou quarta série do curso; ou o Ensino médio ou 2º grau não seriado e concluíram o curso; ou o Ensino médio ou 2º grau seriado e concluíram a terceira ou quarta série do curso; ou que freqüentaram o primeiro ano do curso Superior – graduação e concluíram a primeira série/ano do curso.
Ensino superior	Adultos que freqüentam ou freqüentaram o Mestrado ou Doutorado; ou que freqüentaram e concluíram o curso Superior – graduação.
Emprego em segmentos formais	Trabalhadores com carteira de trabalho assinada; militares ou empregados pelo regime jurídico único; empregadores com mais de 6 empregados; profissionais liberais (que trabalham por conta própria, mas que possuem nível superior (exclusive da navegação aérea, marítima e fluvial, das comunicações e das artes, e membros de cultos religiosos), profissionais que trabalham na navegação aérea, marítima e fluvial ou da comunicação, espetáculos e das artes).
Licença ou afastamento por doença	Trabalhadores afastados do próprio empreendimento por gestação, doença ou acidente, sem remuneração por instituto de previdência; empregados com carteira de trabalho assinada do setor privado, com licença e sem remuneração.

Figura 1: Adaptação da categorização de Hulme e Shepherd (2003)



Nota: EM: indicador médio de pobreza; LP: linha de pobreza.

